



*Instalação da Assistência Técnica de Educação e Cultura
(Texto na página 1)*

CAPES

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR



**COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Presidente
Antônio Balbino de Carvalho
Ministro da Educação e Cultura

Secretário Geral
Anísio Spinola Teixeira

Membros:

- Beatriz Marques de Sousa Wahrlich**
— Departamento Administrativo do Serviço Público.
- Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**
— Comissão Nacional de Assistência Técnica.
- Glicon de Paiva Teixeira**
— Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.
- Otávio Augusto Lins Martins**
— Conselho Nacional de Pesquisas.
- Joaquim Faria Góes Filho**
— Confederação Nacional da Indústria.
- Francisco Gama Lima Filho**
— Confederação Nacional do Comércio.
- Aldo Batista Franco**
— Banco do Brasil S. A.
- Luís Narciso Alves de Matos**
— Fundação Getúlio Vargas.
- Lourival Câmara**
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Anísio Spinola Teixeira**
— Ministério da Educação e Saúde.

**CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Secretário Geral
Anísio Spinola Teixeira

Diretor Executivo
Armando Hildebrand

Avenida Marechal Câmara, 160 — 8º andar — C. Postal
5158 — End. Teleg. EDCAPES — Rio de Janeiro — Brasil
Telefone: 52-9072

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUÍDA no Ministério da Educação, está em pleno funcionamento nessa Secretaria de Estado a Assistência Técnica de Educação e Cultura (ATEC), órgão de que fazem parte eminentes educadores e sociólogos brasileiros e cujas principais atribuições, definidas em Portaria ministerial, são as seguintes: a — o exame das medidas que se tornem aconselháveis para favorecer a regulamentação e o cumprimento dos dispositivos constitucionais em matéria de educação e cultura, bem como o exercício das profissões técnico-científicas; colaboração entre o Governo da União e os Estados e os Municípios e quaisquer organizações de direito público ou privado, no campo da educação e cultura; b — o estudo dos assuntos de ordem geral pertinentes à solução dos problemas a cargo do Ministério e que sejam submetidos ao seu exame, pelo Ministério ou por determinação deste; a sistematização dos estudos necessários à elaboração de um programa mínimo inspirado no empenho de dar solução rápida e eficaz a alguns dos mais agudos problemas que oneram a sociedade brasileira e que dependam da ação da administração pública, nesse setor.

A Assistência Técnica de Educação e Cultura compreende quatro setores, a saber: de Educação, de Cultura, de Organização, e de Serviço Social e Assistência. Quanto ao programa de atividades que lhe cabe cumprir, que envolve, por assim dizer, todos os problemas básicos da educação e da cultura nacionais, a ATEC o tem consubstanciado nas seguintes indicações, que lhe foram oferecidas pelo Dr. Antônio Balbino de Carvalho, titular da Educação e Cultura e, como tal, seu Presidente nato:

1 — definição, no programa mínimo, das medidas capazes de atender, nos limites das possibilidades do País, aos reclamos da vida social brasileira no que concerne à educação e cultura, consubstanciando, não só as providências que dependem do Poder Executivo, como as que devam ser sugeridas ao Congresso, quando dele for a competência;

2 — estudos de interesse para a regulamentação e o cumprimento dos dispositivos constitucionais em matéria de educação e cultura, assim como dos concernentes à competência federal para legislar sobre o exercício das profissões técnico-científicas e liberais;

3 — estudo dos problemas relativos ao ensino de todos os graus, e, especialmente, a sistematização dos subsídios a serem encaminhados ao Congresso sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para o que, por recomendação especial do Ministro da Educação, uma sub-comissão da

ATEC deverá se colocar à disposição das Comissões especializadas do Congresso para a assistência que fôr julgada de interesse;

4 — estudo das soluções indicadas para que se possa obter o máximo de rendimento dos recursos materiais, técnicos e humanos de que dispõe o País para corresponder à crescente demanda de ensino, assistência educativa e melhores condições de aperfeiçoamento técnico e cultural;

5 — estudo de novas formas de assistência supletiva da União aos Estados e Municípios, nos diversos graus de ensino;

6 — campanha de recuperação no campo educacional, com indicação das providências para a ampliação da rede escolar, em todo o País e que favoreçam a incorporação de maiores parcelas de população aos benefícios da cultura e da educação, especialmente aos menos favorecidos;

7 — revisão e formulação de novos planos de ação da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes Analfabetos; reexame do programa de construção de escolas rurais, de modo a estabelecer um sistema de pleno aproveitamento das unidades já construídas, dando-lhes, tanto quanto possível, um sentido técnico profissional;

8 — reforma profunda do ensino industrial, de modo a interessá-lo num sistema de ensino médio flexível que, ao lado da função reformadora geral, assegure a diferenciação dos caminhos necessários a atender às vocações individuais, o ingresso dos jovens no ensino superior, e os prepare para as novas atividades do País, que estão a reclamar homens capacitados, com a educação acima da primária e, dentro dessa linha, assegurar a esse tipo de ensino o aprego e o prestígio social do mesmo plano que o secundário comum;

9 — estruturação dos planos, em maior escala, para a Campanha de Educação Rural, não só analisando as experiências já levadas a efeito com as missões rurais, como estabelecendo as bases de uma penetração mais rápida e efetiva dos seus benefícios no "hinterland";

10 — estudo, em colaboração com o Congresso, para a instituição de um amplo sistema de bolsas para estudantes de todos os graus e que contribua para auxiliar a iniciativa privada e pública e, ao mesmo tempo, represente uma ajuda de largo alcance às classes economicamente mais necessitadas;

11 — estudo do problema do livro didático, sob todos os aspectos, inclusive as medidas que possam ser adotadas no sentido de reduzir seu custo e criar facilidades para edição dos mesmos em bases econômicas mais favoráveis;

12 — urgente reforma do sistema de registro de diplomas de ensino superior, de modo a reduzir, ao mínimo, as formalidades burocráticas que são exigidas para o referido registro, com desnecessário retardamento para

a incorporação dos diplomados à atividade profissional, descentralizando-se, ao máximo, sem prejuízo, apenas, dos pressupostos de moralização, a responsabilidade por esses atos formais;

13 — nova organização do regime vigente para inspeção do ensino, em todos os graus, dando nova conceituação mais expressiva à função fiscalizadora e promovendo-se não só a descentralização administrativa e técnica do processo adotado, como um melhor entrosamento com os respectivos sistemas estaduais, de modo a obter maior entendimento e cooperação entre as organizações locais e federais;

14 — estudos para a contribuição do Fundo de Cultura, destinado a assistir e animar a atividade científica, cultural e artística do País, em bases mais amplas e sob critérios mais eficientes;

15 — providências para a difusão, em larga escala, do livro, facilitando-lhe tôdas as fases, as condições de maior expansão no seio do povo, estudando-se a contribuição que os serviços especializados do Ministério poderão dar a esse programa;

16 — organização de uma rede de bibliotecas populares, diretamente ou por meio de convênios e acordos em locais acessíveis, inclusive em instalações de modesto custo, nos bairros, e fornecendo livros a domicílio, através de bibliotecas volantes, e providências no sentido de facilitar ao povo o acesso aos recursos da cultura e da arte de que dispõem os serviços do Ministério: Biblioteca, Teatro, Museus, Patrimônio Artístico e Cultural, Livro, Rádio etc. — cumprindo para isso estudar um sistema administrativo e financeiro de maior flexibilidade para os nossos museus, de modo a facilitar-lhes a adaptação a esses objetivos.

COMPOSIÇÃO DA ATEC

Para integrar os quatro setores de que se compõe a ATEC, designou o Ministro Antônio Balbino os seguintes educadores, sociólogos e especialistas: Educação — Anísio Spínola Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Joaquim Faria Góes Filho, Fernando Tude de Souza, Mário de Brito, Pedro Calmon, Carneiro Leão, Gildásio Amado, Almeida Júnior, Isaías Alves, Costa Ribeiro, Demóstenes Madureira de Pinho, Irene Melo Carvalho, e Dom Helder Câmara; Cultura — Gilberto Freire, Hermes Lima, San Tiago Dantas, Rodrigo Melo Franco, Carlos Fleza Ribeiro, Carlos Chagas Filho, Hélio Jaguaribe, Alvaro Alberto, Rubens Maciel, e Edgard Santos; Organização — José Nazaré Teixeira Dias, Luiz Simões Lopes, João Carlos Vital, Adroaldo Junqueira Aires, Hildebrando Horta Barbosa, Eduardo Rios Filho, e Almir Castro; Serviço Social e Assistência — Josué de Castro, Saboia Lima, Luiz Carlos Mancini, Célia Câmara, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, e Cleantho Leite.

ESCOLA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

O ensino da Estatística, em nível superior, vem constituindo motivo de especiais atenções por parte de alguns países, notadamente Estados Unidos, Inglaterra, França, Índia, e Espanha, e sendo alvo de constantes recomendações de congressos e conferências internacionais.

A solução do problema, de fato, encerra não pequenas complexidades, a começar pela escassez de professores especializados. Não sem razões, o I Congresso Interamericano de Estatística, realizado em Washington, em setembro de 1947, reconheceu a necessidade de se cuidar, inicialmente, da formação de professores de Estatística, os quais, depois de concluídos os respectivos estudos, dedicariam suas atividades magisteriais nas diferentes nações do Hemisfério Ocidental, assistindo grupos de alunos e iniciando, assim, a tarefa de formação de estatísticos de nível intermediário. Posteriormente, então, se trataria de cursos de nível superior.

O Brasil, entretanto, preferiu encurtar distância na realização desse programa e, graças à iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acaba de criar a Escola Brasileira de Estatística, cujos objetivos são, por assim dizer, bastante ambiciosos e a situam em posição de muita relevância no mundo inteiro.

Criada em março de 1953 e já em pleno funcionamento, manterá a Escola diferentes cursos, desde os de nível intermediário aos de alta especialização profissional.

O curso universitário compõe-se de quatro anos letivos e inclui o ensino das seguintes cadeiras:

Primeira Série — Complementos de Matemática, Análise Matemática, Cálculo de Probabilidades, Estatística Descritiva, Geografia Econômica, e Direito Constitucional e Administrativo;

Segunda Série — Análise Superior (Cálculo Integral e Equações Diferenciais), Teoria da Medida, Cálculo das Diferenças Finitas, Álgebra de Matrizes e Funções Ortogonais, Probabilidades Estatísticas, e Análise Estatística;

Terceira Série — Inferência Estatística, Planejamento Experimental, Estatísticas Demográficas, Análise das Séries Temporais, Estatísticas Culturais, e Econometria;

Quarta Série — Tecnologia da Amostragem, Estatísticas Agrícolas, Estatísticas Industriais, Estatísticas da Circulação, Estatísticas do Trabalho, e Conjuntura Econômica.

O Corpo docente da Escola é constituído de eminentes personalidades do ensino superior do País, destacando-se os Profs. A. Miranda Neto, Chafi Haddad, Rio Nogueira, Oscar Pôrto Carreiro, Jorge Kafuri

Jorge Kingston, Jessé Montello, Nogueira de Paula, Francisco de Paula Saldanha e Silva, Jorge Barroso, Tânlós Abide, Lauro Sodré Viveiros de Castro, Lourival Câmara, João Lyra Madeira, Moacir Malheiros Fernandes Silva e outros mais.

A organização da Escola Brasileira de Estatística é devida ao Prof. Lourival Câmara, membro da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo sido nomeado seu primeiro diretor.

A Escola concede bôlsas — que

incluem passagens de ida e volta e o auxílio mensal de três mil cruzeiros — a estudantes do País e do estrangeiro, devendo a indicação destes últimos ser feita pela Organização das Nações Unidas, como cooperação do Brasil ao plano de assistência técnica daquela entidade.

As exigências para ingresso no curso superior são as mesmas que regem a matrícula nos cursos universitários, isto é, conclusão do curso secundário e aprovação em exames vestibulares.

O ENSINO UNIVERSITÁRIO NO INTERIOR DO BRASIL

Os Municípios brasileiros do interior que possuem estabelecimentos de ensino superior são os seguintes: Juiz de Fora, Uberaba, Ouro Preto, Alfenas, Itajubá, Lavras e Viçosa, em Minas Gerais, com um total de 17 escolas; Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Sorocaba, Araraquara, Franca, Lins, Lorena, Piracicaba e Santos, no

Estado de São Paulo, com 20 escolas; Pelotas e Santa Maria, no R.G.S., com 6 escolas; Itaguaí e Petrópolis, no Estado do Rio, com 3 escolas; Areílas e Campina Grande, na Paraíba, com 2 escolas; Cruz das Almas, na Bahia, com 1 escola; Ponta Grossa, no Paraná, com 1 escola; e Anápolis, no Estado de Goiás, com 1 escola.

MINISTÉRIO DA SAÚDE — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SANCIONADA pelo Sr. Presidente da República, com veto parcial, a Lei nº 1.920, que criou o Ministério da Saúde, passaram à esfera de ação dessa nova Secretaria de Estado todas as atividades e serviços relativos à saúde pública, por que antes respondia o Ministério da Educação e Saúde.

A rigor, portanto, a Lei 1.920 veio trazer não um, mas dois no-

vos Ministérios — o da Saúde, já referido, e o da Educação e Cultura, que é a atual denominação dessa Pasta.

Por determinação do Sr. Presidente da República, a direção do Ministério da Saúde vem sendo exercida, em caráter interino, pelo titular da Educação e Cultura, Dr. Antônio Balbino de Carvalho.

SIMPOSIO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA DO BRASIL



Participantes do Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil

PROMOVIDO pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras «Sedes Sapientiae», da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou-se na capital bandeirante, entre 3 e 11 de julho p. passado, o Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil. Da reunião, que foi programada com caráter rigorosamente técnico, participaram diretores e professores de todas as Faculdades de Filosofia do País, em número de trinta e uma, além de diversos convidados especiais, pessoalmente ou por seus representantes, entre os quais o Eng. Paulo

Novaes, como enviado especial da CAPES.

As atividades do Simpósio foram realizadas através de cinco órgãos, a saber: Direção Geral, Grupos de Trabalho, Seminário Pleno, Comissões de Coordenação e Comissão de Redação. O primeiro desses órgãos, responsável pela orientação geral das atividades do Seminário, foi integrado pelos diretores das Faculdades de Filosofia de São Paulo.

Sob a orientação de coordenadores e formados pelos diretores e professores das Faculdades de Fi-

losofia e por observadores devidamente credenciados, os Grupos de Trabalho, em número de quatro, apresentaram à consideração do Seminário Pleno setenta e cinco conclusões, destacando-se entre elas:

no 1º Grupo — incumbido do estudo dos problemas gerais das Faculdades de Filosofia — as seguintes: 1 — a criação de Escolas Normais Superiores, com objetivo exclusivo de formação do professor secundário, é medida desaconselhável; 2 — a fundação de novas Faculdades de Filosofia só se justifica onde o ambiente o reclame e as

condições culturais o permitam em alto nível;

no 2º Grupo — incumbido do tema «Ingresso nas Faculdades de Filosofia» — as seguintes: 1 — a forma adequada para a articulação entre o ensino médio e o superior na atual situação educacional do País é a criação de um ano intercalar entre ambos com os seguintes objetivos: a) introdução ao estudo peculiar de cada unidade universitária; b) complementação do ensino de grau médio em matérias de cultura geral; e c) adaptação e



Sessão de Abertura do Simpósio

ambientação do estudante à vida e aos estudos e trabalhos universitários; 2 — os Poderes Públicos devem concorrer por todas as formas, inclusive com subvenções e auxílios, no caso de instituições particulares, para que o ensino, nas Faculdades de Filosofia, possa desenvolver-se em plano elevado e seja proporcionado mesmo àqueles que, desejando-o, não possuam condições econômicas favoráveis;

no 3º Grupo — a que esteve afeto o tema «Constituição das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras» — as seguintes: 1 — caberá à União fixar a estrutura geral das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, estabelecendo as suas bases e diretrizes, as linhas mestras da sua organização e o núcleo central e mínimo das disciplinas que lhes cumpre ministrar, bem como as condições indispensáveis à validade legal e ao reconhecimento dos seus diplomas pelo Governo Federal, tudo isso, porém, nos limites exigidos pelo respeito à autonomia didática, administrativa e financeira das unidades universitárias e das Faculdades isoladas; 2 — o curso de bacharelado, de três ou quatro anos, e destinado à forma-

ção cultural básica em uma das seções da Faculdade, poderá realizar-se em prazo menor quando o candidato já tiver feito, em grau superior, algumas das matérias do curso em que quiser inscrever-se e uma vez aprovado nos exames que lhe forem exigidos pela Faculdade; 3 — o curso de licenciatura poderá fazer-se conforme estipular o regimento de cada Faculdade: a) paralelamente às séries do curso de bacharelado; b) totalmente no último ano do curso de bacharelado; c) após a obtenção do diploma de bacharel;

no 4º Grupo — incumbido do tema «Ginásio de Aplicação» — as seguintes: 1 — deve ser mantida a exigência da manutenção do Ginásio de Aplicação para as Faculdades de Filosofia, ressaltando-se, todavia, a necessidade de ser alterado o Decreto-lei nº 9.053 no sentido de se assegurarem melhores condições para a execução de seus objetivos; 2 — a fim de que se ofereça campo mais amplo de experiência didática, o Colégio de Aplicação deve ser criado com o curso secundário completo.

Entre as conclusões do Simpósio, vale destacar ainda a de número

12, do 1º Grupo de Trabalho, que recomendou a criação da Associação das Faculdades de Filosofia do Brasil, com as seguintes finalidades: a — defender os interesses das Faculdades e de seus licenciados; b — promover e apoiar, por todos os meios ao seu alcance, a elevação do nível cultural das Faculdades; c — facilitar o intercâmbio de professores e alunos, bem como a permuta de publicações entre as diversas Faculdades, de acordo com um planejamento seguro; e d — colaborar na realização dos Simpósios das Faculdades de Filosofia.

A direção geral do Simpósio esteve a cargo dos seguintes professores: Madre Anna Cecília Sampaio Bueno, diretora da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae» da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Dr. Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; Mons. Emílio José Salim, diretor da Faculdade de Filosofia de Campinas, da P.U.C.S.P.; Dom Cândido Padin, diretor da Faculdade de Filosofia de São Bento, da P.U.C.S.P.; Dr. Lívio Teixeira, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Mackenzie; e Madre Célia Sodré Dória, vice-diretora da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae».

Como coordenadores dos Grupos de Trabalho, participaram do Simpósio os professores Dr. Manoel Bergstrom Lourenço Filho, catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, Dr. Laerte Ramos de Car-



Um dos Grupos de Trabalho em atividade

valho, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Dom Cândido Padin, já citado, e Dr. Eduardo d'Oliveira França, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e contratado da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae» e da Faculdade de Filosofia da Universidade Mackenzie.

Foram Presidentes de Honra do Simpósio os Srs. Prof. Lucas Nogueira Garcez, Governador do Estado de São Paulo, e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Cardeal Arcebispo de São Paulo e Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica do Estado.



Seminário Pleno

A ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL, A UNESCO E A ORGANIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Na execução dos programas de assistência técnica adotados pelos organismos internacionais que a promovem, 44% das contribuições têm sido distribuídos entre três agências especializadas: a Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO ou OACI), a Organização de Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (UNESCO) e a Organização de Alimentação e Agricultura (OAA).

Organização de Aviação Civil Internacional — A esta Organização cabe a prestação de assistência técnica no domínio do transporte aéreo. Assim, através de seu programa de «Auxílio Coletivo», executado com a participação de um ou de vários Estados, a Organização de Aviação Civil Internacional tem prestado aos países-membros das Nações Unidas, no campo do transporte aéreo, efetiva e valiosa colaboração.

A ICAO colige e publica informações, orienta pesquisas e convoca conferências internacionais sobre a matéria de sua competência e dá assistência aos Governos-membros sob a forma de instrução para pessoal técnico.

Organização de Educação, Ciência

e Cultura das Nações Unidas — A UNESCO foi criada «com o fim de alcançar, através das relações culturais, científicas e educativas entre os povos do mundo, os objetivos de paz internacional e o bem-estar geral da humanidade». Sua estrutura compreende uma Conferência Geral, um Conselho Executivo e um Secretariado. A Conferência compõe-se de representantes dos Estados-membros da Organização.

Órgão das Nações Unidas no tocante à assistência no campo da educação e da instrução técnica, a UNESCO adotou um programa cuja realização requer o exercício de diferentes atividades, a saber: coordenação de esforços para reconstrução científica e educativa de áreas devastadas pela guerra — problemas de educação de crianças vítimas das guerras e serviços de acampamento de adolescentes — centros de informações concernentes à educação, principalmente no que respeita à educação básica, formação de técnicos e condição jurídica de professores — missões consultivas de educação para os Estados-membros — divulgação, em caráter popular, da ciência e respectivo sentido social — sistema de

A Universidade de Pádua, na Itália, e a de Toulouse, na França, têm, respectivamente, 730 e 724 anos de existência.

A primeira, uma das mais antigas do mundo, data do ano de 1223, e a segunda, de 1229.

troca de livros e plano de aquisição destes por meio de cupons, a fim de fazer face às dificuldades de câmbios monetários — bolsas de estudo — levantamento das necessidades de material, aparelhamento e instrução de pessoal para educação das massas de países pouco desenvolvidos ou devastados pelas guerras — desenvolvimento da educação como meio de informação das massas — desenvolvimento das bibliotecas públicas e dos museus como centros de educação popular — organização de bibliografias e produção de livros de baixo custo.

Para facilitar a comunicação entre cientistas e técnicos de todo o mundo, estabeleceu a UNESCO escritórios de cooperação científica em vários países, um dos quais o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), em fun-

cionamento no Rio de Janeiro, no Ministério das Relações Exteriores, e que tem por atual presidente o Prof. Lourenço Filho.

Organização de Alimentação e Agricultura — A OAA incumbe prestar assistência técnica no campo do desenvolvimento agrícola, de florestas e da pesca. Para atender a esse compromisso, atua a Organização através dos seguintes órgãos: a — Conferência Internacional, que se compõe de representantes dos países-membros; b — Conselho, a que cabe representar a Conferência no intervalo das sessões; c — Secretariado; d — Comissões Nacionais da Organização; e e — órgãos consultivos internacionais compostos de peritos nos vários ramos da agricultura, reflorestamento, pesca e assuntos correlatos.

A FUNDAÇÃO ROCKEFELLER E A AMÉRICA LATINA

SEGUNDO a lista de doações da Fundação Rockefeller para o segundo quadrimestre deste ano, foram os seguintes, na América Latina, os países contemplados: Brasil, com um total de seis doações; Colúmbia, com três; Chile, com duas; Argentina, Equador, El Salvador e México, com uma doação cada. Tais doações, que ultrapassam, só na parte referente ao Brasil, a cifra dos 50 mil dólares, são destinadas principalmente a instituições de caráter educacional, científico e cultural.

As instituições brasileiras agraciadas com as doações da Funda-

ção são as seguintes: o Instituto Gammom, de Lavras, com 21 mil dólares, destinados ao Colégio de Agricultura e à Fazenda Modelo; a Universidade de São Paulo, com 13 mil dólares, três mil dos quais para a Faculdade de Medicina, mil e duzentos para a Faculdade de Filosofia, e o restante destinado ao custeio de diversas bolsas de estudo concedidas a professores paulistas; a Universidade do Brasil, com sete mil e quinhentos dólares; a Universidade do Rio Grande do Sul, com 10 mil dólares, destinados à sua Faculdade de Medicina, para as atividades de pesquisas no Ins-

título de Fisiologia; e a Fundação Getúlio Vargas, no Distrito Federal, com mil e quinhentos dólares para a compra de livros.

A sexta doação com que foi contemplado o Brasil é a que se des-

tinou ao financiamento da ida do Sr. Albert Coit Júnior, da Escola Superior de Agricultura de Lavras, à Colômbia, com o fim de estudar o programa agrícola daquele país.

NA DIREÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA O PROFESSOR FLÁVIO PENTEADO SAMPAIO

A 21 de julho do corrente, no Gabinete do Ministro da Educação, presentes o Dr. Antônio Balbino, titular da Pasta, e diversos Diretores de Serviços e de Instituições de Ensino, entre os quais o Prof. Anísio Teixeira, Diretor do INEP, o Dr. Joaquim Faria Góes Filho, Diretor do Departamento Nacional do SENAI, o Chefe da Delegação Americana da CBAI, Dr. Eldridge Plowden, e o Diretor-Substituto do Ensino Industrial, assumiu o cargo de Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura o Prof. Flávio Penteado Sampaio, eminente educador e figura de projeção nos círculos educacionais do País, notadamente no setor do ensino profissional.

O Prof. Flávio Sampaio, que é formado em Educação pela Escola Normal de São Carlos, com especialização na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo,

realizou, além desses, os seguintes estudos: de Administração Pública, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e de Especialização em Orientação Profissional e Supervisão de Ensino Industrial, na Universidade de Chicago.

A atuação do Prof. Flávio no campo do ensino profissional tem sido, por outro lado, igualmente expressiva. Entre as diversas funções por ele ocupadas, destacam-se a de Consultor Técnico do Primeiro Seminário Interamericano de Educação Profissional e a de Diretor, entre 1948 e 1951, da Escola Técnica Getúlio Vargas, em São Paulo, onde exercia até há pouco o cargo de Diretor do Instituto de Organização Racional do Trabalho. A experiência do novo Diretor do Ensino Industrial é produto, ainda, de várias outras atividades a que ligou seu nome, quais sejam a representação da Comissão

No decorrer de julho p. passado a CAPES recebeu 31 publicações: 19 sobre Universidades e 12 sobre outros assuntos. Dentre as primeiras, cinco vieram da Inglaterra, três dos Estados Unidos, quatro da Itália e duas da França.

Em virtude de sua nomeação para a Diretoria do Ensino Industrial, o Prof. Flávio Sampaio passou a exercer, também, as funções de Superintendente da CBAI. Na foto, tomada nessa Instituição, vê-se, além do Ministro Antônio Balbino, o Prof. Flávio Sampaio e os Drs. Willfred Manck e Eldridge Plowden.



Brasileira-Americana de Educação Industrial, a secretaria geral da Comissão de Mão de Obra e a chefia do Serviço de Produtividade.

Quanto à orientação que irá imprimir ao setor sob sua responsabilidade, a qual, em suas linhas gerais, terá por base u'a maior colaboração entre o Governo e as instituições privadas, traçou-a o Prof. Flávio, no seu discurso de posse, com as seguintes palavras: «Uma educação de sentido vocacional para as jovens gerações aliada a um programa de oportunidades definidas para aprimoramento da formação básica e profissional dos adultos da ativa, capazes de substituir a deficiente tradição artesanal e suprir a imperícia manufatureira, muito contribuirão, por certo, para revigoração de uma sociedade econômica em que as ambições do consumidor e as possibilidades do produtor precisam vir a estar mais balanceadas.

Não se inferirá daí que o pensamento educacional ouse divorciar-se da eterna fonte de sabedoria e equilíbrio que a cultura geral traz para a personalidade do homem.

Segue-se que uma integração progressiva do ensino industrial num sistema de ensino médio flexível, que reuna as modalidades do ensino secundário geral, comercial, industrial, doméstico, todos com equivalência na função formadora geral, mas asseguradores de caminhos diferenciados para atender às diferenças individuais assim como à distribuição de atendimento das demandas profissionais das comunidades, prevendo não só o preparo dos jovens para o ingresso no ensino superior, como também para as novas atividades já existentes no País que exigem homens aptos, com uma formação acima da primária, é o que de mais acertado se pode preconizar na presente etapa educacional».

O total de bibliotecas existentes no Brasil em 1950 era de 3.498, sendo 988 públicas e 2.510 semi-públicas. O Estado de São Paulo apresentava-se, naquela época, com 732, seguindo-se-lhe o Estado de Minas Gerais, com 604, e o Distrito Federal, com 432.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.